

A Educação do Campo para além da construção de um Território Educativo: a contribuição da EJA Campo na formação de sujeitos sociais no Quilombo Uxizal Mocajuba-Pará

 Terezinha de Jesus Pompeu de Castro¹,  Jonatha Rodrigo de Oliveira Lira²

¹ Universidade Estadual do Pará (UEPA). Departamento de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Ciências Sociais da Educação. Rua do Una, nº 156, Cep. 66113-200. Belém – PA. Brasil. ² Universidade Federal do Pará (UFPA).

Autor para correspondência/Author for correspondence: terezinha.decastro@yahoo.com.br

RESUMO. A Educação do Campo é um instrumento de transformação social e suas práticas pedagógicas devem ir muito além da criação de territórios educativos, assumindo um papel fundamental na formação de sujeitos sociais mais críticos e protagonistas das suas realidades. Este estudo se dedicou a analisar a contribuição da EJA Campo na formação de sujeitos sociais e no fortalecimento da identidade quilombola no Quilombo Uxizal, Mocajuba, Pará. O objeto de análise foram as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola local, analisando seu impacto na Comunidade. Metodologicamente, o estudo caracteriza um relato de experiência, baseado nas vivências das educadoras a partir das práticas desenvolvidas com educandos quilombolas da EJA Campo. Os resultados revelam que a EJA Campo, ao integrar às suas práticas saberes locais e um currículo formal, favorece a potencialização da valorização cultural, o fortalecimento da organização comunitária e a reivindicação por direitos. Foi possível concluir que a educação no quilombo Uxizal transcende a escolarização tradicional, constituindo-se como um espaço de resistência, de (re)existência e de construção de projetos de vida coletivos que, através da autonomia de educadores e educandos, reforça a importância de políticas públicas que reconheçam as especificidades dos territórios quilombolas.

Palavras-chave: educação do campo, EJA campo, formação social, território quilombola.

Rural Education Beyond the Construction of an Educational Territory: The Contribution of Rural EJA to the Social Formation of Subjects in the Uxizal Quilombo, Mocajuba-Pará

ABSTRACT. Rural Education is an instrument of social transformation, and its pedagogical practices must go far beyond the creation of educational territories, playing a fundamental role in shaping more critical and proactive social subjects who are protagonists of their own realities. This study focused on analyzing the contribution of Rural Youth and Adult Education (EJA Campo) in the formation of social subjects and the strengthening of quilombola identity in the Uxizal Quilombo, Mocajuba, Pará. The analysis centered on the pedagogical practices developed in a local school and their impact on the community. Methodologically, this was an experience-based study, drawing from the lived practices developed with quilombola students in Rural EJA. The findings reveal that Rural EJA, by integrating local knowledge and formal curricula, enhances cultural appreciation, strengthens community organization, and fosters demands for rights. It was concluded that education in the Uxizal Quilombo transcends traditional schooling, establishing itself as a space of resistance, (re)existence, and the construction of collective life projects. Through the autonomy of educators and learners, it reinforces the need for public policies that recognize the specificities of quilombola territories.

Keywords: rural education, rural EJA, social formation, quilombola territory.

La Educación del Campo más allá de la construcción de un Territorio Educativo: El aporte de la EJA Campo en la formación de sujetos sociales en el Quilombo Uxizal, Mocajuba-Pará

RESUMEN. La Educación del Campo es un instrumento de transformación social, y sus prácticas pedagógicas deben ir mucho más allá de la creación de territorios educativos, asumiendo un papel fundamental en la formación de sujetos sociales más críticos y protagonistas de sus realidades. Este estudio se dedicó a analizar la contribución de la Educación de Jóvenes y Adultos del Campo (EJA Campo) en la formación de sujetos sociales y en el fortalecimiento de la identidad quilombola en el Quilombo de Uxizal, Mocajuba, Pará. El objeto de análisis fueron las prácticas pedagógicas desarrolladas en una escuela local, evaluando su impacto en la comunidad. Metodológicamente, se trató de un estudio de relato de experiencia, basado en las vivencias de las prácticas desarrolladas con estudiantes quilombolas de la EJA Campo. Los resultados revelan que la EJA Campo, al integrar en sus prácticas saberes locales y un currículo formal, favorece la valorización cultural, el fortalecimiento de la organización comunitaria y la reivindicación de derechos. Se concluye que la educación en el quilombo de Uxizal trasciende la escolarización tradicional, constituyéndose como un espacio de resistencia, (re)existencia y construcción de proyectos de vida colectivos. A través de la autonomía de educadores y estudiantes, se refuerza la importancia de políticas públicas que reconozcan las especificidades de los territorios quilombolas.

Palabras clave: educación del campo, EJA campo, formación social, territorio quilombola.

Introdução

A educação do campo assume papel essencial na valorização das identidades coletivas e na resistência cultural dos povos quilombolas, fortalecendo suas práticas sociais e modos próprios de viver e aprender. No território quilombola, a escola não apenas transmite conhecimentos formais, mas se torna espaço de reafirmação da história, da memória e da luta por direitos. De acordo com Freire (2020), a educação é um instrumento de transformação social, pois “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, destacando a importância do diálogo e da construção coletiva do saber como base de uma pedagogia libertadora que respeita o contexto e a experiência dos sujeitos do campo. No contexto quilombola, a Educação do Campo ganha contornos singulares e ainda mais urgentes, considerando que a formação tradicional age para fortalecer a invisibilidade de saberes ancestrais, reforçando desigualdades sociais. Para Nahum e Malcher (2010) os territórios ocupados por povos tradicionais são compostos por simbologias que constroem suas identidades.

A educação é um instrumento de transformação das realidades de mundo, mas, para que isso seja possível, o autor considerou que as práticas educativas devem levar em consideração os sujeitos que formam o corpo discente, suas singularidades e identidades, construindo assim didáticas que reconheça suas heranças culturais, históricas e etc., para que seja capaz de formar cidadãos mais críticos, reflexivos e que valorizem seus contextos (Freire, 2020).

A Educação do Campo, particularmente na modalidade da EJA Campo, desempenha um papel estratégico na formação de sujeitos sociais críticos, conscientes de sua história e de sua inserção cultural. No Quilombo Uxizal, em Mocajuba-Pará, a prática educativa transcende a simples transmissão de conteúdos formais, constituindo-se como um instrumento de fortalecimento identitário e de resistência frente ao racismo estrutural que atravessa a sociedade brasileira. A valorização da história e da cultura quilombola não possui um caráter exclusivo ou isolado, mas se insere na perspectiva mais ampla da superação das desigualdades raciais, configurando-se como uma luta social que beneficia tanto pretos quanto brancos e promove a construção de uma sociedade mais equitativa.

As comunidades quilombolas contemporâneas demonstram não apenas resiliência cultural, mas também uma capacidade de diálogo com múltiplas influências externas, preservando sua identidade e promovendo sua autovalorização. Esse processo fortalece a

inclusão desses sujeitos em diferentes espaços sociais e políticos, evidenciando o papel transformador da educação na promoção da cidadania e da justiça social. Assim, as lutas pelo reconhecimento dos direitos quilombolas extrapolam os limites territoriais específicos, consolidando-se como um compromisso coletivo da sociedade com a igualdade racial, a valorização cultural e a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades.

O espaço físico é então superado por uma interligação entre corpos-territórios, onde os sujeitos quilombolas desenvolvem práticas que comportam saberes históricos passados de geração a geração, sendo eles elementos importantes da sua formação identitária (Haesbaert, 2020). Nesses espaços, os sujeitos desenvolvem práticas como as dos quintais agroflorestais que carregam consigo elevado valor espiritual, histórico, geracional e simbólico, que vão muito além de meros saberes, sendo parte importante das suas expressões de identidade social. Os quintais agroflorestais são apontados por Andreata e Mota (2022) como uma prática tradicional em comunidades quilombolas, que atua na independência alimentar e econômica, além de contribuir para fortalecer a identidade e o protagonismo das mulheres quilombolas.

Para tanto, a Educação do Campo, destaca a necessidade de valorização dos saberes e práticas tradicionais nos Territórios, como potencializadoras de práticas educativas que façam sentido para os sujeitos quilombolas. Considerando, de acordo com Freire, (2019), os sujeitos em si próprio como o foco de uma formação social e emancipatória. A educação do campo representa um espaço de valorização das identidades quilombolas e de fortalecimento das práticas culturais e sociais que expressam a resistência de seus povos. No território quilombola, o processo educativo ultrapassa o ensino formal, tornando-se um meio de afirmação histórica, cultural e política. Nesse sentido, a educação deve possibilitar que os sujeitos do campo assumam o protagonismo de sua própria aprendizagem, a partir de suas realidades e experiências (JESUS, 2020). No ensino de Geografia, isso implica compreender o território como um espaço vivo, permeado por relações de identidade, memória e pertencimento. No Baixo Tocantins, região amazônica, Gonçalves (2012) destaca que os territórios foram ocupados e preservados pela resistência de grupos tradicionais que, ao longo da história, reafirmam sua ligação com a terra e com a coletividade.

A partir dessa perspectiva, os grupos quilombolas que ocupam o Território do Baixo Tocantins, a exemplo do quilombo Uxizal, localizado no município de Mocajuba, Pará, resistem a interferências econômicas que ameaçam seus territórios, sendo assim as práticas

pedagógicas emancipatórias demonstram sua importância no fortalecimento social no território quilombola. O presente estudo partiu do pressuposto de que a EJA Campo, quando articulada às demandas comunitárias, pode propiciar experiências de fortalecimento da (re)existência, especialmente em territórios marcados historicamente pela luta por direitos. A experiência desenvolvida no Quilombo Uxizal ilustra como a EJA Campo, ao incorporar práticas pedagógicas dialógicas, rompe com modelos bancários de educação e promove a construção coletiva de conhecimentos, dialogando diretamente com a Lei n. 10.639/03, ao inserir na educação formal.

Apesar dos avanços na EJA Campo, alguns contextos rurais revelam que processos educacionais tradicionais frequentemente negligenciam os saberes locais e as demandas comunitárias, o que reforça as dinâmicas de exclusão. Em Uxizal, partindo da autonomia dos educadores, as práticas pedagógicas buscam integrar os conhecimentos locais aos currículos pedagógicos. Partindo da experiência desenvolvida, o problema que norteou esse relato de experiência foi: Como a EJA Campo articulada às especificidades do território quilombola, pode promover a formação de sujeitos sociais autônomos e fortalecer práticas de resistência e (re) existência na comunidade de Uxizal? Assim, o objetivo do estudo ao analisar estratégias pedagógicas que integram conhecimentos formais e ancestrais ao ensino de Geografia, indicando o seu impacto na organização política e cultural do quilombo. Ou seja, analisar a contribuição da EJA-Campo na formação de sujeitos sociais e no fortalecimento da identidade quilombola no Quilombo de Uxizal, Mocajuba, Pará.

Os objetivos específicos deste estudo consistiram em: (a) identificar de que maneira a EJA Campo articula os saberes locais com os conteúdos formais no contexto do Quilombo de Uxizal; (b) avaliar o impacto dessa modalidade educativa na formação política e identitária dos educandos quilombolas; e (c) analisar os principais desafios e potencialidades da EJA Campo enquanto instrumento de resistência cultural e valorização dos conhecimentos tradicionais da comunidade.

O território quilombola enquanto identidade

Territórios quilombolas representam espaços geográficos que carregam consigo elevada historicidade e resistência, sendo eles formados por comunidades compostas por sujeitos descendentes de africanos escravizados durante o Brasil Colônia e que romperam com a opressão, refugiando-se em áreas rurais de difícil acesso em busca de autonomia

(Nahum; Malcher, 2010). De acordo com Gonçalves (2012), a ocupação do Baixo Tocantins, onde está localizada as regiões da Amazônia é fruto da resistência de grupos tradicionais – como as comunidades quilombolas – que escolheram estrategicamente seus espaços territoriais, com a presença de florestas, montanhas, rios e vales, para se protegerem da violência escravagista e, muito além disso, para preservarem suas práticas culturais ancestrais. Essa dinâmica construiu uma relação com a terra que transcende o aspecto produtivo, sendo a base de identidade coletiva e espiritual, onde os saberes agrícolas e as tradições se mantêm por gerações (Haesbaert, 2020).

Nunes (2021) menciona que a identidade quilombola foi construída a partir de uma dupla dimensão, territorial e política. Desse modo, o território não apenas serve para afirmar a etnicidade desses povos, mas também se constitui como instrumento de luta contra a lógica capitalista (Silva; Rêgo, 2021). Segundo Nahum e Malcher (2010), permanecerem nestes espaços ocupados garante a sobrevivência cultural e a resistência frente às frequentes ameaças de desapropriação, impostas pela expansão urbana ou mesmo por interesses econômicos diversos. Lutas essas que envolvem a defesa dos seus modos de vida, que os conectam com o passado e o presente, reforçando o pertencimento sócio-cultural (Silva Filho, 2013). Para Silva Filho (2013) enquanto os povos quilombolas resistem pela permanência em seus territórios, ao mesmo tempo eles buscam reexistirem nos espaços socioeconômicos com os quais interagem, travando lutas pelo reconhecimento de autonomia e identidade.

O processo de construção da identidade quilombola é contribuição singular para o estudo do território. Desse modo, a análise do território, não se restringe somente ao campo de entendimento da afirmação da identidade, mas apresenta-se também como instrumento de compreensão do movimento de etnicidade e da luta pelo direito agrário, que visa à ação política transformadora contrária à “lógica capitalista” no uso e apropriação da terra. assim, a luta pela permanência na terra é uma das estratégias utilizadas por estes sujeitos e que garante a existência desses, enquanto quilombola (Malcher & Nahum, 2010, p. 2).

Haesbaert (2020) considera que as expressões geográficas de povos tradicionais carregam consigo um profundo significado simbólico, além do espiritual, servindo como um elo entre os vivos e os seus antepassados. Nestes espaços são realizadas práticas religiosas, desenvolvidos métodos agrícolas, dentre outras culturas, pelas quais as organizações comunitárias sustentam suas identidades coletivas, resistindo às pressões externas (Nahum; Malcher, 2010). Apesar desses esforços, Gonçalves (2012) afirma que mesmo tendo o reconhecimento constitucional, estas comunidades enfrentam desafios constantes para manter suas terras e cultura. Nesse sentido, a resistência quilombola não apenas dialoga sobre a posse

territorial, mas especialmente sobre a preservação de um legado cultural histórico, base da identidade destes povos (Silva Filho, 2013).

As lutas pelo reconhecimento dos direitos quilombolas são, acima de tudo, a manifestação geográfica pela defesa da autonomia e da ancestralidade que carregam consigo (Nahum; Malcher, 2010). Nunes (2021) indica que a resistência é então um ato político contínuo, que visa não apenas a demarcação das terras, mas o reconhecimento social da contribuição das comunidades quilombolas para a diversidade cultural local. É justamente essa batalha incessante que mantém viva a memória dos primeiros quilombos formados e suas lutas por liberdade (Gonçalves, 2012). Por serem compostos de todas essas interações, é nos espaços geográficos que os povos quilombolas se expressam e se identificam, manifestando suas práticas como mecanismos de clamor pela resistência e (re)existência, onde o reexistir nada mais é do que preservar e fortalecer suas heranças ancestrais, sem qualquer deturpação externa (Silva Filho, 2013).

Assim, a Educação do Campo, enquanto prática pedagógica voltada para a realidade das comunidades rurais e quilombolas, assume um caráter transformador ao articular saberes escolares e saberes tradicionais. No Quilombo Uxizal, a EJA Campo possibilita a formação de sujeitos sociais capazes de compreender e intervir em seu contexto, valorizando a própria cultura e história. Essa abordagem pedagógica contribui para o enfrentamento do racismo estrutural, uma vez que promove o reconhecimento e a valorização da população negra, fortalecendo identidades e construindo uma base sólida para a inclusão social e política de todos os indivíduos, independentemente de sua cor ou origem.

As comunidades quilombolas contemporâneas não se encontram isoladas, mas estão em constante diálogo com múltiplas influências culturais externas. Esse intercâmbio cultural não compromete a preservação de sua identidade; ao contrário, reforça a autovalorização e a capacidade de inserção desses sujeitos em diferentes espaços sociais. A EJA Campo, nesse sentido, atua como um mecanismo de empoderamento coletivo, ao possibilitar que os quilombolas compreendam seu papel histórico e social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

A luta pelo reconhecimento dos direitos quilombolas transcende os limites territoriais das comunidades, assumindo caráter social e universal. O fortalecimento das práticas educativas no Quilombo Uxizal representa, portanto, uma ação que beneficia não apenas os quilombolas, mas toda a sociedade, ao enfrentar preconceitos e promover a igualdade racial. A educação torna-se, assim, um instrumento essencial para a formação de cidadãos críticos,

conscientes de seus direitos e responsabilidades, capazes de atuar na transformação social e de contribuir para a superação das desigualdades históricas que atravessam o Brasil.

Práticas e saberes ancestrais nos territórios quilombolas como patrimônio identitário

Os etnosaberes quilombolas são um patrimônio imaterial fundamental, composto por conhecimentos que são repassados geracionalmente e estritamente vinculados aos seus territórios (Castilho & Silva, 2022). Silva Filho (2013) cita que os povos quilombolas detêm inúmeros saberes ancestrais que são preservados até os dias atuais, abrangendo desde o manejo sustentável das terras que ocupam até o uso de plantas medicinais, revelando assim uma relação simbólica entre estas comunidades e a natureza. A cura que advém da natureza é uma prática ancestral que modulou traços culturais vinculados aos saberes religiosos dentro de comunidades tradicionais, perdurando até os dias contemporâneos, sendo um dos principais elementos de identidade destes povos (Castilho & Silva, 2022). Segundo Nunes (2021), é muito comum que comunidades quilombolas façam o uso de plantas e ervas medicinais, a exemplo da folha de boldo, da raiz de gengibre e outras, para curar e prevenir doenças.

As práticas de cura, se configura como uma destas (re)existências negras importante. Nesse sentido o quilombo se afirma como espaços de resistência cultural e simbólica onde o uso de plantas e ervas medicinais, nos primeiros cuidados com saúde, permanecem vivos principalmente nas ações das mulheres (Castilho & Silva, 2022, p. 17).

Nos SAFs quilombolas, por exemplo, a diversidade dos cultivos – feijão, mandioca, espécies frutíferas e madeireiras – é organizada de acordo com os ciclos ecológicos e calendários tradicionais, revelando eficiente harmonia entre a produção e preservação ambiental (Andreata & Motta, 2022). Para Coelho (2012) essa prática garante a segurança alimentar de povos tradicionais e reforça suas identidades coletivas, pois integra a agricultura a rituais e narrativas ancestrais. É também nestes sistemas que as mulheres quilombolas reforçam seu protagonismo nas comunidades, vez que lidam à frente do cultivo em SAFs, organizando todo o processo econômico e político (Castilho & Silva, 2021). Coelho (2012) menciona que a implementação destes sistemas em comunidades tradicionais vai muito além da técnica agrícola, sendo uma expressão de autonomia e resistência cultural. “O intuito também é fortalecer as identidades e as culturais locais, impulsionando ações de conservação e uso sustentável do meio ambiente (Castilho & Silva, 2022, p. 18).”

... os SAFs visam tanto a se inserir em mercados de produtos com maior valor agregado, como ocaço do cacau, assim como mercados locais, como o cupuaçu, banana e principalmente o açaí, gerando renda em diferentes períodos do ano. Constitui também importante ferramenta relativamente à soberania alimentar, a diversificação de espécies entre os vários SAFs, enriquecendo as opções de alimentação. Em todos os casos, entretanto, evidenciaram-se estratégias de ocupação e resistência para a permanência no território (Andreatta & Motta, 2022, p. 409-410).

Valorizar os saberes ancestrais de povos quilombolas enquanto patrimônio identitário é um grande desafio, pois lida diretamente com questões externas que ameaçam a preservação destes conhecimentos em seus espaços geográficos, como a pressão dos agronegócios e a falta de conhecimento institucional (Nunes, 2021). Segundo Silva Filho (2013), muitas comunidades quilombolas têm dificuldade para acessar políticas públicas que possam apoiar seus projetos, o que em muitas ocasiões invisibiliza suas identidades. No entanto, é preciso reconhecer que a articulação entre etnoconhecimento e agroecologia, por exemplo, é uma das estratégias de legitimação das identidades dos quilombos frente às ameaças e pressões externas (Castilho & Silva, 2021). Andreata e Motta (2022) mencionam que a preservação dos saberes ancestrais quilombolas é uma garantia de continuidade de um legado que integra ambiente, cultura e soberania, sendo essa uma questão importante para ser efetivada nas realidades destas comunidades.

As práticas e saberes detidos por comunidades quilombolas, materializados em sistemas como os SAFs, por exemplo, são pilares da identidade destes povos, são expressões territoriais, que resistem ao apagamento histórico e à marginalização destes sujeitos (Castilho & Silva, 2021; Silva Filho, 2013). O reconhecimento destes etnosaberes e práticas enquanto patrimônio imaterial é, de acordo com Andreata e Motta (2022), essencial para as comunidades e para toda sociedade em geral, considerando que a partir disso é possível aprender como esses elementos reforçam a coexistência destes sujeitos e seus territórios. Defender e reforçar esses traços culturais e históricos é buscar pela manutenção de um futuro plural, onde a diversidade ambiental e cultural possa caminhar juntas, conferindo aos sujeitos quilombolas mais autonomia e reconhecimento socioeconômico nos seus territórios, o que se inicia na escola (Silva, 2020).

A educação no contexto quilombola, especialmente por meio da EJA Campo, atua como espaço de fortalecimento da identidade e de conscientização sobre direitos históricos e sociais. Ao incorporar os saberes tradicionais e valorizar a memória coletiva, a escola se torna um agente de empoderamento, capaz de preparar os sujeitos quilombolas para atuarem criticamente em suas comunidades e na sociedade em geral. Esse processo não apenas

preserva a cultura local, mas também promove a inclusão social, oferecendo ferramentas para que esses indivíduos enfrentem o racismo estrutural e participem ativamente da construção de políticas públicas que respeitem seus territórios e modos de vida.

Além disso, a luta pelos direitos quilombolas evidencia que a defesa da diversidade cultural e ambiental é uma responsabilidade de toda a sociedade. Quando se reconhece e se protege os territórios quilombolas, está-se fortalecendo um modelo de convivência social que valoriza a pluralidade e o respeito mútuo. Essa perspectiva amplia o papel da educação, transformando-a em um instrumento não apenas de aprendizado acadêmico, mas também de transformação social, na medida em que promove a igualdade racial, a justiça socioeconômica e a construção de uma sociedade que reconhece e respeita a riqueza cultural de todos os seus membros.

A EJA Campo na formação de sujeitos sociais

A EJA Campo desempenha um papel relevante na formação de sujeitos sociais ao integrar aos seus currículos formais os saberes locais e as práticas educativas emancipatórias (Medeiros, Fortunato & Araújo, 2023). De acordo com as concepções de Corrêa e Neves (2021), essa modalidade de ensino deve se inspirar nos princípios freireanos (autonomia, consciência, criticidade, emancipação, reflexão, etc.), de modo a valorizar a realidade dos seus educandos, promovendo uma educação crítica e transformadora. Ao reconhecer as identidades e territorialidades ruais de seus sujeitos, a EJA Campo contribui para construir uma consciência coletiva, fortalecendo a autonomia e a resistência das comunidades locais (Assunção, 2020). Santos e Porto (2020) mencionam que, dessa forma, a educação pode se transformar em um instrumento de afirmação dos direitos de povos do campo, além de uma ferramenta capaz de fortalecer suas lutas. Condição essa que, segundo Freire (2019; 2020), é capaz de mudar a sociedade, conferindo mais autonomia aos sujeitos sociais.

Acredita-se e luta-se por uma educação que dê visibilidade aos rituais e crenças dentro das programações da escola, que crie laços de entretenimento cultural e social, por meios dinâmicos de pensar no coletivo a formação de uma escola enfrentando as contrariedades da sociedade excludente e capitalista...É preciso reconhecer que uma prática docente que valorize o que cada estudante traz para a sala de aula contribui, indubitavelmente, para a sua formação mais humana e equitativa (Corrêa & Neves, 2010, p. 10).

No contexto da EJA Campo, os saberes tradicionais, a exemplo dos etnoconhecimento e das práticas quilombolas, são elementos centrais para o currículo pedagógico (Castilho & Silva, 2020). Segundo Silva e Schwendler (2022), ao valorizar tais conhecimentos, a EJA Campo permite aos educandos que se reconheçam como sujeitos históricos que são capazes de transformar suas realidades, preservando seus traços identitários. Muito além disso, as práticas pedagógicas nessa modalidade de ensino, quando representadas dentro de um escopo de cartografia social, possibilitam a representação crítica dos territórios, fortalecendo a organização coletiva e sua identidade (Finatto & Farias, 2021). Tais abordagens, para Santos e Porto (2020), rompem com os modelos tradicionais urbanocêntricos, criando um modelo de educação contextualizada e significativa, adaptada à formação de sujeitos marginalizados que precisam reafirmar suas identidades para fins de resistência e (re)existência.

A própria LDB de 1996 assegura o direito à educação diferenciada para grupos sociais que residem em áreas rurais, na modalidade da Educação do Campo, embora ainda se reconheça que a efetivação dessas políticas lida com obstáculos práticos, como a resistência de educadores e instituições de ensino, a inflexibilidade curricular, etc. (Brasil, 1996). Frente a isso, Silva (2020) menciona que a EJA Campo deve romper com tais obstáculos, criando condições reais de articular seus currículos com pedagogias que valorizem os saberes ancestrais das populações do campo. Essa modalidade de ensino surge como uma conquista de movimentos sociais nacionais que historicamente lutam por um modelo educacional que dialogue com suas necessidades, para fins de reparação histórica e mitigação da segregação e desvalorização (Silva, 2020). Por isso, Pires (2018) e Silva e Schwendler (2022) informam que a articulação entre a escola e a comunidade onde está inserida deve focar nos princípios da Educação do Campo (gestão democrática, controle social, terra e território, pedagogia da alternância, currículo intercultural, contextualização, formação integral, etc.), prezando por pedagogias que fortaleça a formação política dos sujeitos, incentivando sua participação ativa no processo de transformação social.

... o primeiro passo para se materializar uma Educação verdadeiramente humana se faz pelo reconhecimento do campo como lugar em que habitam povos, culturas, histórias, memórias, crenças, valores, entre outros. Esse reconhecimento implica uma renovação no currículo escolar, pois este necessita atentar ao que tem sido gestado no Brasil, construindo-se a partir de suas diferentes realidades. Além disso, é preciso, no plano legal, que se desenvolvam políticas educacionais que atentem a esses aspectos de formação humana (Medeiros, Fortunato & Araújo, 2023, p. 21).

É uma função da EJA Campo não se limitar à alfabetização, se dedicando a construir pedagogias que trabalhe com a formação integral dos sujeitos, agregando à sala de aula os conhecimentos científicos e populares (Werlang & Pereira, 2021). Perspectiva educacional essa que, para Assunção (2020), viabiliza a superação das desigualdades e contribui para a construção de projetos de vida coletivos. O reconhecimento da diversidade cultural em sala de aula e dos saberes ancestrais é, para Freire (2019), onde a educação transformadora se consolida como um espaço de emancipação social, se dedicando a formar sujeitos mais críticos, conscientes de si e do meio que ocupam, além de comprometidos com suas comunidades. Se a identidade quilombola é constituída por seus territórios, etnosaberes e práticas, a estética desse modelo de educação deve priorizar por experiências práticas que aloquem os educandos enquanto sujeitos das suas representações (Dalmolin, Passos & Ribeiro, 2020).

Nas disciplinas que integram os currículos da EJA Campo, as pedagogias emancipatórias podem e devem dialogar com questões que integram as realidades dos educandos, focando sempre em dar voz ativa e participativa para que eles, no coletivo, reconstruam cenários de fortalecimento das suas representações sociais (Finatto & Farias, 2021). Nesse contexto pedagógico, Dalmolin, Passos e Ribeiro (2020) mencionam que práticas que envolvam a cartografia social, as experiências de campo, as remodelações das vivencias de educandos, podem enriquecer o currículo da disciplina de Geografia. O objeto de experiência prática deste estudo envolveu justamente relatos sobre o desenvolvimento dessas estratégias metodológicas pedagógicas na disciplina de Geografia ministrada em uma turma da EJA Campo, na comunidade quilombola de Uxizal, localizada em Mocajuba (PA).

Essas práticas pedagógicas na disciplina de Geografia não se restringem à aprendizagem de conteúdos acadêmicos, mas se configuram como instrumentos de conscientização e resistência frente ao racismo estrutural que historicamente marginaliza comunidades quilombolas. Ao envolver os educandos na cartografia social e na análise de suas próprias vivências, a escola contribui para o reconhecimento de direitos e territórios, fortalecendo a identidade cultural e a participação social desses sujeitos. Dessa forma, a educação torna-se um espaço de empoderamento coletivo, no qual a luta por igualdade racial e pelo respeito aos direitos quilombolas se articula com o desenvolvimento crítico e reflexivo dos estudantes, demonstrando que a superação das desigualdades é um desafio que envolve toda a sociedade.

Processos metodológicos

Este estudo é um relato de experiência caracterizado pela descrição de vivências pedagógicas trabalhadas na disciplina de Geografia, na EJA Campo, no quilombo de Uxizal, Mocajuba (PA). O relato de experiência é caracterizado por Severino (2018) como uma metodologia focada na valorização da reflexão crítica sobre as práticas realizadas em contextos específicos, que permite ao pesquisador/a documentar fatos e a interpretá-los à luz dos conceitos acadêmicos/científicos, com a finalidade de compreender processos, qualificar experiências, indicar benefícios e outras questões. Diferencia-se de outros métodos por seu caráter narrativo e subjetivo, sem desprezar o rigor analítico, sendo amplamente utilizado em pesquisas educacionais e sociais que registram práticas pedagógicas (Gil, 2019).

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, onde todos os resultados analisados serviram para qualificar o problema de investigação. Sua abordagem foi exploratória, visto que a produção dos resultados partiu de uma abordagem prática de experiências registradas pela pesquisadora em ambiente pedagógico. O objetivo do estudo foi caracterizado como exploratório-descritivo, visto que todos os resultados foram devidamente descritos, com as respectivas indicações de autorias, fontes e ano de publicação. Enquanto o relatório final foi elaborado sob uso do procedimento bibliográfico (Severino, 2018; Gil, 2019).

Os resultados práticos foram coletados a partir da vivência pedagógica da pesquisadora na disciplina de Geografia, ministrada em turma da EJA Campo, com 15 alunos quilombolas. As experiências pedagógicas foram registradas por fotografias, que ilustram a seção dos resultados. Foram registradas duas práticas pedagógicas, sendo elas a catalogação de plantas medicinais cultivadas no quilombo de Uxizal, Mocajuba (PA), seguido de apresentação onde os alunos narraram seus usos, culturas ancestrais vinculadas, dentre outras questões e a realização de uma cartografia social por meio da elaboração de uma maquete referente ao quilombo de Uxizal e suas práticas de SAFs.

Apoiam teoricamente os resultados práticos da pesquisa os diálogos construídos por autores renomados que defendem uma Educação do Campo voltada à autonomia e emancipação dos sujeitos sociais, a exemplo de Angela Pires, Paulo Freire, Sandra Jesus, Ranchimit Nunes e outros, além de autores que dialogam sobre territórios, ocupação quilombola, resistência e outras questões, como Carlos Gonçalves, Geraldo Coelho, Rogério Haesbaert e outros.

Os estudos científicos utilizados para aportar os resultados práticos forma buscados em bases de dados como o *Google Scholar*, o *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e outras, mediante aplicação das palavras-chave, com termos em português, sendo elas “educação do campo, EJA campo, formação social e território quilombola”. Os critérios de seleção destes estudos foram: a) publicados entre 2020 e 2025; b) no idioma português; c) em natureza de artigo científico. Já os critérios de exclusão adotados foram: a) estudos repetidos; b) estudos com pouco aprofundamento teórico; c) e estudos com impertinência temática (que avaliavam práticas pedagógicas em outras modalidades distintas da EJA Campo. Ao todo foram selecionados um conjunto de 14 artigos científicos.

Apoiaram ainda as discussões deste estudo a Lei n. 9.394 de 1996 (LDB) consultada no site do Planalto e dados estatísticos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente aos censos de 2010, 2021, 2022, 2023 e 2024 para caracterizar o *lócus* que abriga a unidade educacional e o quilombo de Uxizal.

A análise dos resultados foi apoiada pela metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2015), embasando as discussões com a literatura disponível, criando assim um diálogo crítico entre os resultados da pesquisa e as práticas educacionais trabalhadas na EJA Campo, em Uxizal, Mocajuba (PA).

Resultados e discussão

Mocajuba é um município paraense localizado na subregião do Baixo Tocantins amazonense, com uma área territorial de 871,168km² (censo de 2023), uma população estimada em 28,821 pessoas (censo de 2024), com densidade demográfica de 31,22hab/km² (censo de 2022), uma taxa de escolarização dos 6 aos 14 anos de 96,5% (censo de 2010) e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,575 (censo de 2010) (IBGE, 2010; 2022; 2023; 2024). Segundo dados do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), de 2024, o estado do Pará conta com a presença de aproximadamente 78 comunidades quilombolas e, dentre as mais tradicionais, está o quilombo Uxizal, localizado em Mocajuba (PA).

A comunidade Uxizal teve suas origens no período pós-abolição (entre o final do século XIX e início do século XX), quando famílias libertas ou fugitivas se estabeleceram em áreas estratégicas, próximas da mata ou dos rios, para fugirem das opressões de seus antigos senhores. O nome Uxizal é derivado da geografia local do quilombo e das suas práticas agrícolas, como por exemplo a presença do cultivo de uxi (árvore típica da floresta

amazônica), bastante comum em territórios quilombolas. Seguindo a mesma tradição de outras comunidades quilombolas, Uxizal, assim como comprovam os estudos de Andreata e Motta que estabeleceu uma economia baseada na agricultura familiar, no extrativismo e na pesca, preservando os saberes ancestrais sobre o cultivo e uso de plantas medicinais e no manejo sustentável das florestas (Andreata & Motta, 2022).

Na comunidade de Uxizal a EJA Campo busca trabalhar com pedagogias que possam justamente revalorizar estes saberes e práticas mantidas ao longo dos anos e por gerações. Como docente da disciplina de Geografia, me preocupo em trabalhar com pedagogias que revalorize a cultura e os saberes ancestrais dos educandos quilombolas. Sobre a função da Geografia na reafirmação de questões que envolvem comunidades tradicionais, Assunção (2020) menciona a importância de se focar em metodologias que sejam capazes de conscientizar os sujeitos sociais sobre suas culturas geográficas, lutas de resistência, reforçando assim o posicionamento identitário a partir da revalorização dos saberes ancestrais. Um dos saberes ancestrais de maior valor em comunidades quilombolas, como Uxizal, são aqueles envolvidos com o uso de plantas medicinais. Por isso, foi elaborada e aplicada em sala de aula uma metodologia que focou em conhecer os tipos de plantas cultivadas, para então envolver a prática pedagógica.

Foram identificadas 12 espécies de plantas medicinais utilizadas pelos sujeitos do Quilombo Uxizal, entre elas o boldo (*Plectranthus barbatus Andrews*), o gengibre (*Zingiber officinale Roscoe*), a urtiga (*Urtica dioica L.*), a catinga-de-porco (*Caesalpinia pyramidalis Tul.*), a hortelã (*Mentha spicata L.*), o amor-crescido (*Portulaca pilosa L.*), a babosa (*Aloe vera (L.) Burm. f.*), o quebra-pedra (*Phyllanthus niruri L.*), o marupai (*Eleutherine bulbosa (Mill.) Urb.*), a arruda (*Ruta graveolens L.*), e as espécies conhecidas como unha-de-gato (*Uncaria tomentosa (Willd. ex Schult.) DC.*) e unha-de-gato-amazônica (*Uncaria guianensis (Aubl.) J.F. Gmel.*). Essas plantas são amplamente utilizadas pela comunidade tanto em práticas preventivas quanto terapêuticas, reforçando a importância dos saberes tradicionais no cuidado com a saúde e na valorização da medicina ancestral quilombola. outras.

Os usos medicinais dessas plantas na comunidade são diversos, no tratamento de problemas digestivos, hepáticos, inflamações, gases, digestão, asma, bronquite, resfriados e outros quadros de saúde. Essa identificação ocorreu após uma pesquisa realizada pelos 15 educandos da EJA Campo, divididos em seis duplas e um trio responsáveis pela pesquisa de duas espécies cada, junto aos moradores mais antigos do quilombo de Uxizal, especialmente as mulheres que lidam mais diretamente com a manutenção desses conhecimentos ancestrais.

Após a identificação, os educandos foram responsáveis por realizar apresentações em sala de aula, trazendo para a discussão informações científicas sobre as espécies de plantas medicinais, os usos no quilombo de Uxizal, as formas de cultivo, as crenças culturais e religiosas envolvidas, dentre outros aspectos identitários. A Figura 1 traz o registro das apresentações realizadas por cada dupla de educandos:

Figura 1. Registro das apresentações sobre plantas medicinais pelos educandos



Fonte: Arquivo pessoal dos pesquisadores (2025)

Para ampliar o potencial contributivo da metodologia trabalhada em prol da preservação da herança cultural de plantas medicinais utilizadas pelo quilombo de Uxizal, pensando nas gerações futuras, as 15 espécies foram catalogadas, criando um documento capaz de armazenar estes saberes medicinais. Castilho & Silva (2021) informam justamente sobre a necessidade de documentar os conhecimentos ancestrais de comunidades quilombolas para ampliar a segurança da preservação destes saberes históricos para atual e futuras gerações. Catalogar e registrar em documento próprio tais informações fortalece a segurança da preservação dos saberes ancestrais destes povos e, indo além, contribui para que estes saberes sejam repassados geração à geração de forma inalterada. Nas Figura 2 é apresentado registro que demonstra a experiência de catalogação realizada nesta etapa metodológica:

Figura 2. Catalogação das espécies de plantas medicinais



Fonte: Registro pessoal dos pesquisadores (2025)

Na etapa de catalogação das espécies selecionando as amostras trazidas pelos educandos, nomeando-as e, posteriormente, elaborando documento impresso que agrupou todos os conhecimentos coletados. Além disso, foi criada uma horta para cultivo de plantas medicinais pelos educandos da EJA Campo, uma prática que foi capaz de orientá-los sobre as necessidades de plantio para cada espécie e, muito além disso, revalorizar identificação identitária destes sujeitos com suas culturas, práticas e saberes. Envolver os educandos com práticas desse tipo é uma experiência pedagógica que, para Freire (2019), os coloca como agentes autônomos da construção do saber acadêmico-social. Saber esse de elevada importância não apenas para manter as tradições da comunidade de Uxizal, mas também para formar sujeitos mais conscientes de si, do seu coletivo, da sua historicidade, da sua cultura, da suas lutas, dos processos e práticas desenvolvidas, dentre outros elementos que constituem suas identidades geográficas. Os registros desta etapa foram agrupados Figura 3:

Figura 3. Plantio das plantas medicinais



Fonte: Registro pessoal dos pesquisadores (2025)

Os resultados dessa primeira experiência envolvendo conhecimentos ancestrais que se comunicam com as questões espaço-território-identidade da comunidade quilombola de Uxizal revelaram que esse tipo de metodologia eleva o teor do sentimento de pertencimento dos educandos da EJA Campo, sendo eficiente para formar cidadãos mais sociais e conscientes das suas relações históricas com os espaços que ocupam. Para Finatto e Farias (2021) esse tipo de metodologia amplia a relação entre os sujeitos se a terra, assim como sua relação com o coletivo, revalorizando suas identidades. Os mesmos autores aqui citados defendem ainda a elaboração da cartografia social como uma prática que amplia a revalorização dos saberes adquiridos e preservados por tais povos. Para adentrar na prática desse tipo de metodologia, foquei então em outro processo desenvolvido pelos residentes de Uxizal, o qual envolve conhecimentos ancestrais, técnicas de agricultura e o uso sustentável da terra, sendo ele os SAFs.

O manejo dos SAFs por comunidades quilombolas de Mocajuba (PA) é uma realidade que cada vez mais fortalece a autonomia econômica-financeira e alimentar destes povos, não sendo diferente no quilombo de Uxizal. Coelho (2012) conceitua os SAFs como sistemas de plantio que se utiliza de técnicas menos invasivas do uso do espaço ecológico, bem como de estratégias que melhoram a qualidade do plantio. No caso de Uxizal, uma das estratégias utilizadas é a diversificação das espécies agrícolas, frutíferas e florestais cultivadas. Entre as espécies agrícolas, destacam-se a mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), o milho (*Zea mays* L.) e o feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), além da banana (*Musa paradisiaca* L.), frequentemente

cultivada em consórcio. Entre as frutíferas, sobressaem o açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), a pupunha (*Bactris gasipaes* Kunth) e o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) K. Schum.), espécies amplamente manejadas na região amazônica. Já entre as espécies florestais, evidenciam-se a andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), o uxi (*Endopleura uchi* (Huber) Cuatrec.) e o pracaxi (*Pentaclethra macroloba* (Willd.) Kuntze), que, além de valor ecológico, possuem relevância econômica e medicinal. Dentro dos Sistemas Agroflorestais (SAFs), o manejo de hortas orgânicas tende a ampliar os benefícios de consumo e a comercialização dos produtos gerados pelos quilombos, como Uxizal, fortalecendo práticas sustentáveis e a autonomia produtiva da comunidade. Por isso, a primeira etapa desta experiência focou em desenvolver apresentações em seis duplas e um trio (com os 15 educandos da EJA Campo), para que todos eles pudessem aprender mais sobre hortas orgânicas, conforme registro apresentado pela Figura 4:

Figura 4. Apresentações sobre hortas orgânicas



Fonte: Registro pessoal dos pesquisadores (2025)

Utilizando da metodologia ativa de sala de aula invertida os educandos da EJA Campo puderam ampliar seus conhecimentos sobre a criação e o manejo das hortas orgânicas, focando no cultivo de espécies já plantadas nos SAFs da comunidade de Uxizal, assim como novas espécies, pensando justamente na ampliação do potencial de comercialização e consumo a partir da agricultura do quilombo. Andreata e Motta (2022) mencionam que os SAFs são hoje a principal fonte de consumo e de renda para comunidades quilombolas paraenses. Por isso, estratégias que busque aprimorar os conhecimentos destes sujeitos sobre o manejo do uso da terra de forma consciente e produtiva tende a tornar suas práticas mais

rentáveis e seguras. Após a seção de apresentações, os educandos da EJA Campo de Uxizal foram convidados a entender mais sobre os processos de cultivo da terra, plantio e uso consciente dos recursos disponíveis, como demonstra o registro apresentado pela Figura 5:

Figura 5. Processos de aprendizagem sobre cultivo da terra, plantio e uso consciente



Fonte: Fonte: Registro pessoal dos pesquisadores (2025)

Após compreenderem sobre técnicas de uso da terra, de plantio e muitas outras, os educandos da EJA Campo de Uxizal foram convidados trabalhar com conhecimentos envolvendo a colheita, o armazenamento e outras questões de manuseio dos produtos agrícolas produzidos pelo quilombo. De acordo com Coelho (2012), os SAFs podem ser aperfeiçoados a partir do compartilhamento de conhecimentos práticos que são capazes de aprimorar a interação entre os sujeitos e a terra cultivada, ampliando assim o potencial da agricultura familiar tanto para a destinação alimentar como para a comercialização dos produtos. Na Educação do Campo os sujeitos devem ser formados para expandirem seus projetos individuais e coletivos e, no contexto quilombola, a expansão de práticas coletivas tende a fortalecer suas identidades e como estas comunidades são vistas pelos demais grupos sociais com os quais interagem. A Figura 6 traz registro dos processos de aprendizagem sobre colheita, armazenamento e outros:

Figura 6. Processos de aprendizagem sobre colheita, armazenamento e outros



Fonte: Registro pessoal dos pesquisadores (2025)

Após todos estes processos, a prática pedagógica focou no desenvolvimento da ferramenta mencionada por Assunção (2020) e Finatto e Farias (2021) como relevante para fortalecer o desenvolvimento do uso da terra por SAFs dentro de comunidades quilombolas, sendo ela a cartografia social. A cartografia social pode ser desenvolvida como um instrumento pedagógico capaz de promover o reconhecimento e a valorização dos saberes territoriais presentes nas comunidades quilombolas. Mais do que uma simples representação espacial, trata-se de uma prática educativa que articula o conhecimento empírico e o científico, permitindo aos educandos compreenderem seu território como espaço de vida, de memória e de resistência. De acordo com Acselrad (2008), a cartografia social possibilita “tornar visível a pluralidade de sentidos e usos do território pelos grupos sociais”, configurando-se como uma ferramenta de empoderamento e de afirmação identitária. Assim, ao produzir seus próprios mapas, os sujeitos passam a reconhecer-se como agentes de transformação e produtores de conhecimento, fortalecendo a autonomia das comunidades do campo. Nesse sentido, a experiência desenvolvida na EJA Campo do Quilombo Uxizal demonstrou a potência dessa metodologia ao ser aplicada na elaboração de uma maquete representando o espaço geográfico da comunidade. O trabalho incluiu a localização das áreas de plantio, a identificação das espécies cultivadas e a projeção de novos espaços para o

manejo sustentável da terra. Como destaca Almeida (2013), a cartografia social permite “reconhecer a diversidade de práticas e significados que os grupos atribuem ao espaço que habitam”, favorecendo a reflexão crítica sobre o território e suas transformações. A atividade ampliou a compreensão dos educandos sobre a importância do uso da terra desde os tempos de seus antepassados, fortalecendo laços com a ancestralidade e reafirmando o sentimento de pertencimento. Na Figura 7, observa-se o registro da maquete desenvolvida, que ilustra o Sistema Agroflorestal (SAF) do quilombo Uxizal como resultado prático da cartografia social voltada ao manejo sustentável e à valorização das identidades quilombolas.

Figura 7. Maquete desenvolvida como técnica de cartografia social do SAF em Uxizal



Fonte: Registro pessoal dos pesquisadores (2025)

Após toda a intervenção pedagógica desenvolvida os 15 educandos da EJA Campo de Uxizal foram capazes de reconhecer o real valor dos conhecimentos ancestrais do seu povo, fortalecer suas identidades a partir das suas interações com a terra e saberes históricos, ampliar a visão sobre o potencial de consumo e de comercialização a partir do uso do SAF como sistema produtivo, dentre outras questões. Assim como defendido por Freire (2019; 2020), Haesbaert (2020) e outros autores que aportaram este estudo, estes resultados demonstram que metodologias decoloniais são capazes de ampliar a qualidade da formação dos sujeitos sociais em espaços educativos quilombolas, ultrapassando as limitações da formação formal e limitada aos interesses capitalistas. A partir desse novo formato metodológico, que pode e deve ser implementado por todas as disciplinas, os educandos tornam-se mais críticos, mais conscientes, mais reflexivos sobre suas heranças culturais, históricas, religiosas, etc., reafirmando suas identidades e se posicionamento de forma mais ativa perante o meio social que ocupam.

Considerações finais

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto do Quilombo Uxizal desempenha um papel fundamental na construção de uma educação que não apenas transmite conhecimentos formais, mas também atua como instrumento de resistência e transformação social. Ao articular saberes tradicionais e experiências de vida com conteúdos escolares, a EJA promove a valorização da cultura quilombola e fortalece a identidade dos sujeitos, contribuindo para a superação das desigualdades históricas e do racismo estrutural que ainda permeia a sociedade brasileira. Essa abordagem amplia o alcance da educação, tornando-a um espaço de formação integral, crítica e reflexiva.

Além disso, a EJA possibilita que os educandos compreendam seu papel enquanto sujeitos sociais e cidadãos ativos, capazes de lutar pelos seus direitos e de atuar na defesa de seus territórios. A experiência pedagógica vivenciada no Quilombo Uxizal, por meio de metodologias participativas como a cartografia social e a análise das próprias vivências, evidencia que a educação pode ser um potente instrumento de conscientização. Os educandos passam a reconhecer as barreiras impostas pelo racismo estrutural e a importância de enfrentá-las coletivamente, promovendo uma compreensão mais ampla da justiça social e da igualdade racial.

Por fim, a atuação da EJA no Quilombo Uxizal demonstra que a educação é essencial não apenas para a aquisição de conhecimento acadêmico, mas também para a formação de consciência crítica e cidadã. Ao fortalecer a identidade cultural e promover a reflexão sobre direitos e desigualdades, a EJA contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Dessa forma, a educação quilombola não se limita ao território específico, mas se torna uma prática social que beneficia toda a coletividade, reafirmando a necessidade de políticas educativas que reconheçam, valorizem e ampliem o acesso ao ensino como ferramenta de transformação e combate ao racismo.

Os resultados produzidos foram necessários para esclarecer ao problema investigado por este estudo, construído a partir da indagação “Como a EJA Campo, articulada às especificidades do território quilombola, pode promover a formação de sujeitos sociais autônomos e fortalecer práticas de resistência e (re)existência na comunidade de Uxizal?”, sendo então possível mencionar que ao adotar metodologias que leve para as salas de aula elementos da identidade dos povos quilombolas, unificando-a às experiências práticas, a EJA

Campo pode se consagrar como uma modalidade que, de fato, atua para revalorizar os saberes ancestrais destes povos, formando sujeitos sociais autônomos e fortalecendo suas práticas de resistência e (re)existência.

No atendimento dos objetivos deste estudo, os resultados evidenciaram que a articulação dos saberes locais com os conteúdos formais no contexto do quilombo de Uxizal é uma estratégia valiosíssima para formar sujeitos sociais mais autônomos e fortalecer a identidade coletiva. As práticas desenvolvidas contribuíram para ampliar a conscientização política dos educandos com o meio que ocupam, reconhecendo suas culturas, práticas e saberes como elementos indissociáveis da sua identidade individual e coletiva. Foi identificado como principal desafio para a EJA Campo a limitação de recursos, mas metodologias e práticas estratégicas podem superá-los, construindo assim uma pedagogia capaz de tornar a Educação do Campo um instrumento de resistência cultural e de valorização dos conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas.

É preciso considerar que a EJA Campo deve integrar ao seu currículo uma flexibilidade necessária para trazer para a sala de aula as realidades e vivências dos seus educandos e, mesmo diante de políticas públicas e institucionais inflexíveis, cabe aos educadores prezarem por metodologias que se distanciem do tradicionalismo estrito. Só a partir de metodologias práticas e próximas das realidades destes povos é que a Educação do Campo atenderá a sua finalidade.

Referências

- Andreata, H. K., & Mota, D. M. (2022). Sistemas agroflorestais como estratégia de ação coletiva em uma comunidade quilombola da Amazônia oriental paraense. *DMA – Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 60(1), 393-412. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v60i0.78419>
- Assunção, A. S. (2020). A prática da Educação do Campo e os paradigmas agrários na Geografia. *Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Matemática – RBECM*, 5(6698), 1-29. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e6698>
- Bardin, L. (2015). *Análise de conteúdo (1a ed)*. São Paulo, SP: Edições 70.
- Castilho, S. D., & Silva, R. C. (2022). Os etnosaberes quilombolas sobre o uso das plantas medicinais no contexto escolar em turma da EJA. *Revista Cocas*, 16(1), 1-19.
- Coelho, G. C. (2012). *Sistemas Agroflorestais*. São Paulo: Rima.

Corrêa, J. L. C., & Neves, M. O. (2021). Educação do Campo: narrativas que protagonizam práticas de resistência. *Ensino em Perspectivas*, 2(2), 1-12.

Dalmolin, B. M., Passos, R. F., & Ribeiro, S. (2020). Cartografia Social: produção de experiências de uma Estética da Educação. *Conjectura: Filos. Educ.*, 25(1), 171-186. DOI: <https://doi.org/10.18226/21784612.v25.dossie.10>

Finatto, R. A., & Farias, M. I. (2021). A cartografia social como recurso metodológico para o ensino de Geografia: considerações a partir do programa Escola da Terra – Paraná. *Geog Ens Pesq*, 25(3), 1-28. DOI: <https://doi.org/10.5902/2236499443605>

Freire, P. (2019). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Freire, P. (2020a). *Educação e mudança (12a ed)*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Freire, P. (2020b). Pedagogia do Oprimido. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas da pesquisa social (7a ed)*. São Paulo, SP: Atlas.

Gonçalves, C. W. P. (2012). *Amazônia, Amazônias (3a ed)*. São Paulo, SP: Contexto.

Gonçalves, Carlos Walter Porto (2020). Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. Jesus, Maria José de. Educação do Campo e práticas pedagógicas libertadoras. São Paulo: Cortez, 2020.

Acselrad, Henri. (2008). *Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ.

Almeida, Alfredo Wagner Berno de. (2013). *Cartografia social, território e movimentos sociais na Amazônia*. Manaus: UEA Edições.

Haesbaert, R. (2020). Do corpo-território ao território-corpo (da terra): Contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, 22(48), 75-90. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). *Mocajuba – PA*. Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/mocajuba.html>

Instituto de Terras do Pará. (2024). *Territórios quilombolas*. Recuperado de: <http://portal.iterpa.pa.gov.br/quilombolas/>

Jesus, S. S. (2020). *Curriculum e identidade: interfaces na educação do campo*. São Paulo, SP: Paco Editorial.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996, 23 dezembro). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. (2003, 10 de janeiro). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm

Medeiros, E. A., Fortunato, I., & Araújo, O. H. A. (2023). Educação do campo como movimento educacional e modalidade educativa: notas a partir de Paulo Freire. *Conjectura: Filos. Educ.*, 27(e022047), 1-26. DOI: <https://doi.org/10.18226/21784612.v27.e022047>

Nahum, J. S., & Malcher, M. A. F. (2010). Territorialidade e identidade de grupos negros rurais. *Revista África e Africanidades*, 3(10), 1-12.

Nunes, R. (2021). *A unidade na diversidade: identidades, cultura e ensino no contexto da educação quilombola*. Curitiba, PR: CRV.

Pires, A. M. (2018). *Educação do campo como direito humano (1a ed)*. São Paulo, SP: Cortez.

Santos, J. J., & Porto, K. S. (2020). Vivências de estágio de ciências da natureza no contexto da educação do campo: uma análise crítico-reflexiva. *Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Matemática – RBECM*, 3(1), 117-140. DOI: <https://doi.org/10.5335/rbecm.v3i1.10238>

Severino, A. J. (2018). *Metodologia do trabalho científico (28a ed)*. São Paulo, SP: Cortez.

Silva Filho, J. B., & Lisboa, A. (2013). *Quilombolas: resistência, história e cultura (1a ed)*. São Paulo, SP: IBEP.

Silva, A. L. B. (2020). A Educação do Campo no contexto da luta do movimento social: uma análise histórica das lutas, conquistas e resistências a partir do movimento nacional da Educação do Campo. *Rev. Bras. Hist. Educ.*, 20(112), 1-24. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e112>

Silva, C. N. R. C., & Schwendler, S. F. (2022). O currículo da escola no campo e suas aproximações com os princípios da Educação do Campo. *Revista Brasileira de Educação do Campo – RBEC*, 7(11140), 1-25.

Silva, D. R. M., & Rêgo, I. M. B. (2021). Conexões de saberes: Em busca de práticas pedagógicas inclusivas a partir de terapias tradicionais quilombolas. *Educação: Teoria e Prática*, 31(64), 1-17. DOI: <http://dx.doi.org/10.18675/1981-8106.v31.n.64.s15302>

Werlang, J., & Pereira, P. B. (2021). Educação do Campo, CTS, Paulo Freire e Currículo: pesquisas, confluências e aproximações. *Ciência & Educação*, 27(21016), 1-19. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320210016>

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 25/04/2025
Aprovado em: 09/10/2025
Publicado em: 17/12/2025

Received on April 25th, 2025
Accepted on October 09th, 2025
Published on December, 17th, 2025

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Castro, T. J. P., & Lira, J. R. O. (2025). A Educação do Campo para além da construção de um Território Educativo: a contribuição da EJA Campo na formação de sujeitos sociais no Quilombo Uxizal Mocajuba-Pará. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 10, e19799.